

INSTITUIÇÕES, MERCADO E PROCESSOS HISTÓRICOS DE DESENVOLVIMENTO

Lucas Lira de Menezesⁱ  0000-0002-3464-6171
Universidade Federal da Bahia - UFBA

RESUMO: O texto discute as concepções de desenvolvimento na modernidade, atribuídas internacionalmente a partir de uma perspectiva capitalista ocidental. Para isso, o objetivo é analisar os processos históricos de desenvolvimento e a relação entre mercado e instituições. O trabalho está dividido em cinco tópicos: (1) o desenvolvimento econômico e a industrialização retardatária; (2) as crises de 1873 e 1929 e sua relação com o imperialismo; (3) a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) sob a ótica do estruturalismo/neoestruturalismo; (4) a perspectiva histórica e neoinstitucionalista do desenvolvimento; e (5) a relação entre instituições, Estado e mercado. Assim, a pesquisa busca responder como as concepções capitalistas de desenvolvimento se consolidaram

no imaginário coletivo internacional, partindo da ‘shipótese de uma “colonização epistêmica”, que teria estruturado as noções de acumulação capitalista com o auxílio de instituições. Portanto, a metodologia utilizada é a qualitativa, com uma base teórica de autores das Ciências Humanas e Sociais, e envolve um levantamento bibliográfico com o objetivo de dialogar entre diferentes perspectivas teóricas. Destarte, o estudo é relevante academicamente, pois contribui para o debate sobre o desenvolvimento e suas correlações com o sistema capitalista. Por fim, a pesquisa abrange as áreas de Economia, Sociologia, Relações Internacionais, Ciência Política e outras Ciências Humanas e Sociais, fortalecendo o pensamento crítico sobre as sociedades modernas e contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Capitalismo. Estado.

INSTITUTIONS, MARKET AND HISTORICAL DEVELOPMENT PROCESSES

ABSTRACT: The text discusses the conceptions of development in modernity, internationally attributed from a Western capitalist perspective. The objective is to analyze the historical processes of development and the relationship between the market and institutions. The work is divided into five main topics: (1) economic development and late industrialization; (2) the crises of 1873 and 1929 and their relation to imperialism; (3) the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) from a structuralist/neostructuralist perspective; (4) the historical and neo-institutionalist perspective of development; and (5) the relationship between institutions, the state, and the market. Thus, the research seeks to answer how capitalist conceptions of development became consolidated in the international collective imagination, based on the hypothesis of an “epistemic colonization” that structured notions

of capitalist accumulation with the aid of institutions. The methodology used is qualitative, drawing on a theoretical framework of authors from the Human and Social Sciences, and involves a literature review aimed at fostering dialogue between different theoretical perspectives. Therefore, the study is academically relevant as it contributes to the debate on development and its correlations with the capitalist system. Finally, the research encompasses the fields of Economics, Sociology, International Relations, Political Science, and other Human and Social Sciences, strengthening critical thinking about modern and contemporary societies.

KEYWORDS: Development. Capitalism. State.

1. INTRODUÇÃO

As concepções de desenvolvimento na modernidade foram atribuídas no cenário internacional a partir das noções impostas do que é “ser desenvolvido” dentro de uma perspectiva capitalista ocidental. Dito isso, o artigo a seguir tem como objetivo geral discutir sobre os processos históricos de desenvolvimento e a concepção de mercado, e a sua correlação com as instituições.

Para isso, o trabalho se divide em cinco tópicos sumarizados, onde cada tópico se responsabiliza por discorrer sobre os seguintes objetivos específicos: (1) explicitar sobre a questão do desenvolvimento econômico e a concepção da industrialização retardatária; (2) discutir sobre as depressões de 1873 e 1929 e sua correlação com o imperialismo; (3) abordar a temática da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) sob a ótica do estruturalismo/neoe estruturalismo e desenvolvimento; (4) analisar a perspectiva histórica e neoinstitucionalista do desenvolvimento e; (5) dar enfoque nas temáticas de instituições, Estado e mercado.

Portanto, buscando responder a seguinte problemática: Como se consolidou as concepções de desenvolvimento capitalista no imaginário coletivo internacional? A pesquisa possui a hipótese de que houve uma colonização epistêmica, com o intuito de estruturar as noções de acumulação capitalista e os seus regimes de acumulação, fomentadas com o auxílio de instituições como ferramentas para tal.

Dessa forma, o estudo possui como metodologia a qualitativa, fazendo uso de um arcabouço bibliográfico teórico de autores renomados nas áreas das Ciências Humanas e Sociais no geral. Ainda, o trabalho se desenvolve a partir de um levantamento bibliográfico, objetivando realizar um diálogo entre essas perspectivas teóricas, a fim de chegar a um consenso e responder a pergunta norteadora supracitada.

No mais, a pesquisa possui relevância acadêmica uma vez que pretende contribuir com os estudos sobre o desenvolvimento e as suas correlações com o sistema capitalista estrutural. Por fim, as áreas da Economia, Sociologia, Relações Internacionais, Ciência Política e as demais Ciências Humanas e Sociais serão contempladas, auxiliando na formulação e fortalecimento do pensamento crítico em relação às sociedades na modernidade e contemporaneidade.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Com o intuito de trabalhar com as concepções de desenvolvimento, visando realizar um diálogo entre perspectivas teóricas que abordam a temática, dentro da modernidade, bem como da contemporaneidade, o artigo foi realizado a partir de um levantamento bibliográfico, fazendo uso de uma revisão de literatura da área das Ciências Humanas e Sociais e possuindo o caráter de metodologia qualitativa.

O modelo escolhido foi o qualitativo pois, Segundo Kirschbaum (2013), estudiosos que escolhem essa metodologia buscam identificar na pesquisa em questão, as causas necessárias para explicar o seu fenômeno de interesse. Portanto:

Condições necessárias devem estar presentes para que observemos um comportamento; entretanto, a simples presença delas não garante que o comportamento será observado. Assim, essas condições devem ser complementadas por outras, a fim de que sejam coletivamente necessárias e suficientes para explicar o comportamento. Em contraposição, condições suficientes indicam um comportamento determinado, mas não são exclusivas: outros fatores podem levar ao mesmo comportamento (Kirschbaum, 2013, p.185).

Isto posto, sabendo que o trabalho não se enquadra enquanto uma dissertação, uma monografia e muito menos uma tese, é apenas um artigo que busca discutir sobre perspectivas já bastante discutidas e, portanto, possui o caráter de contribuição e não de inovação, o método escolhido foi o de levantamento bibliográfico e revisão de literatura.

Assim, por se tratar de uma pesquisa de cunho mais econômico, apesar de também contribuir para as demais áreas das Ciências Humanas e Sociais no geral, o trabalho buscou se ater as obras dos seguintes autores: Baran (1977), Chang (2004), Coggiola (2009), Furtado (1975), Kirschbaum (2013), Maucourant (2012), Medeiros (2001), Oliveira (2003), Polanyi (2000), afim de realizar um diálogo entre as suas perspectivas, buscando responder a pergunta norteadora e chegar a hipótese supracitada.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA OU RESULTADO E DISCUSSÃO

Buscando compreender sobre principais temáticas que giram em torno do estudo da Economia Política do Desenvolvimento, o artigo a seguir propõe discutir a temática das instituições, mercado e processos históricos de desenvolvimento. Dito isso, se divide em cinco momentos, objetivando respectivamente: (1) explicitar sobre a questão do

desenvolvimento econômico e a concepção da industrialização retardatária; (2) discutir sobre as depressões de 1873 e 1929 e sua correlação com o imperialismo; (3) abordar a temática da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) sob a ótica do estruturalismo/neoestruturalismo e desenvolvimento; (4) analisar a perspectiva histórica e neoinstitucionalista do desenvolvimento e; (5) dar enfoque nas temáticas de instituições, Estado e mercado.

4. A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A CONCEPÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO RETARDATÁRIA

Para destrinchar sobre as temáticas propostas na primeira parte, trabalharei com as obras de Baran (1977) “A Economia Política do Desenvolvimento” e “Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado” de Oliveira (2003). Destarte, no seu capítulo denominado de “Uma visão geral”, Baran (1977) realiza um panorama histórico e conceitual, a respeito da temática da economia e desenvolvimento.

Para Baran (1977), a temática do desenvolvimento econômico foi central da Economia clássica, sendo o progresso econômico uma problemática importante para numerosas gerações de economistas. Os economistas clássicos não apenas criticaram a ordem feudal, mas também se dedicaram a entender e explicar o funcionamento do capitalismo nascente, defendendo a liberdade econômica contra os obstáculos impostos pelo feudalismo e outras restrições.

Uma das bases teóricas que giravam em torno das suas concepções, era a do *laissez-faire*, que promovia e visava remover os impedimentos ao desenvolvimento da iniciativa privada e à expansão econômica, refletindo um esforço para libertar o potencial produtivo da sociedade. Esse empenho dos economistas clássicos esteve ligado ao surgimento e à consolidação do capitalismo moderno, associando-se ao triunfo da burguesia e à necessidade de transformação econômica e social (Baran, 1977).

Assim, com o estabelecimento do capitalismo, a Economia burguesa gradualmente perdeu de vista a análise da mudança econômica e social, focando em justificar o status quo em vez de questioná-lo. Embora a Economia clássica tenha sido revolucionária em seus primórdios, segundo Baran (1977), sua visão foi posteriormente substituída por uma abordagem mais conservadora e estática, conforme o capitalismo se desenvolveu e enfrentou novas realidades, como a industrialização avançada e as crises políticas. O surgimento do keynesianismo, no entanto, trouxe uma nova perspectiva ao reconhecer as falhas e

instabilidades do sistema capitalista, desafiando a visão anterior e abrindo caminho para uma reavaliação mais profunda das condições econômicas e sociais (Baran, 1977).

Isto posto, a teoria keynesiana, embora tenha avançado a compreensão do funcionamento do capitalismo, falhou em oferecer uma solução completa para suas crises estruturais, sendo usada principalmente como um meio de reformar o sistema capitalista em vez de transformá-lo. A "revolução keynesiana" acabou se associando a uma tentativa reformista de preservar o capitalismo, em vez de promover uma mudança radical. Após a Segunda Guerra Mundial, a prosperidade do pós-guerra e a recuperação da economia soviética demonstraram a viabilidade do socialismo, intensificando o debate sobre o desenvolvimento econômico e revelando que o capitalismo tem dificuldades em sustentar um crescimento contínuo e equitativo (Baran, 1977).

Portanto, os economistas teóricos focam em aspectos técnicos do desenvolvimento econômico, revelando muitas dificuldades que tornam a formulação de uma teoria coerente desafiadora. Eles destacam a falta de critérios para a alocação racional de recursos e os obstáculos à industrialização, como a carência de treinamento da força de trabalho e desequilíbrios econômicos. Essas dificuldades, muitas vezes exacerbadas por neomalthusianos que atribuem o atraso dos países subdesenvolvidos ao crescimento populacional, tornam o desenvolvimento econômico parecer uma tarefa impossível. Além disso, alguns trabalhos antropológicos e filosóficos contestam a ideia de progresso absoluto e acusam o ocidente de etnocentrismo, dificultando a compreensão dos movimentos revolucionários em países coloniais e dependentes. Por fim, o texto conclui que a falta de uma análise crítica das condições internas e externas que bloqueiam o crescimento econômico limita a eficácia dos estudos sobre o desenvolvimento, subestimando o impacto das experiências de desenvolvimento rápido de países socialistas como a URSS (Baran, 1977).

Já na obra de Oliveira (2003), o autor se preocupou em retratar o capitalismo retardatário, tendo foco, na parte do capítulo abordado, nas especificidades dos EUA, França e Alemanha. Segundo ele, nos Estados Unidos, a expansão da agricultura mercantil, alimentada pela colonização e pelo sistema escravista, impulsionou o crescimento da indústria ao criar mercados para produtos e facilitar a importação de meios de produção.

Por conseguinte, a construção ferroviária e a mecanização agrícola promoveram a produtividade e a acumulação industrial, mas o escravismo acabou se tornando um obstáculo ao desenvolvimento capitalista, contribuindo para as tensões que levaram à guerra civil. Já no caso da Alemanha, a lenta transição das propriedades junker para o capitalismo e o apoio estatal ajudaram a modernizar a agricultura e impulsionar a indústria, com uma forte relação

entre bancos e industriais promovendo a centralização e inovação. Em contraste, na França, o capitalismo era menos dinâmico devido à proteção da agricultura e a uma luta política interna que favoreceu interesses conservadores, resultando em uma industrialização mais lenta. Em geral, o processo de industrialização tardia nesses países seguiu a dinâmica do capitalismo britânico, com mercados externos e mecanismos de concorrência ajudando a acelerar a industrialização (Oliveira, 2003). Portanto:

[...] o capitalismo concorrencial tendia a reproduzir a estrutura capitalista nos países nos quais as condições internas eram favoráveis a esse movimento. Por isso mesmo, os países de industrialização atrasada, ao findar o século XIX, contavam com o moderno aparelho industrial integrado, com avançado sistema de crédito, com classe operária já subordinada, com moderno sistema de transporte e comunicação, enfim, conformavam estruturas capitalistas de mesma qualidade que aquela da Inglaterra (Oliveira, 2003, p. 257).

Portanto, levando em consideração as questões supracitadas sobre o desenvolvimento nos moldes ocidentais capitalistas e a industrialização retardatária, o tópico a seguir debruçar sobre a sua historicidade, no que tange as grandes depressões econômicas de 1873 e 1929, e suas relações com o modelo econômico capitalista.

5. AS DEPRESSÕES DE 1873 E 1929 E A CORRELAÇÃO COM O CAPITALISMO

No tocante a segunda parte do módulo dois, que trata sobre as depressões de 1873 e 1929 e o imperialismo, Coggiola (2009), na sua obra “As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente”, inicia com o tópico “Da mercadoria à Canhoneira”. Nele, o autor salienta sobre a primeira metade do século XIX, onde o capitalismo liberal e o livre comércio dominaram, com a Inglaterra na vanguarda industrial.

De acordo com o autor, o avanço tecnológico e a mecanização permitiram a produção em massa, beneficiando a burguesia enquanto os trabalhadores permaneciam com baixos salários. Assim, as crises econômicas cíclicas reforçaram a concentração de capital e o período vitoriano viu a expansão imperialista, com a colonização da Ásia e da África impulsionada pelo novo imperialismo, que priorizava o controle de matérias-primas essenciais onde, a China e o Império Otomano enfrentaram intervenção econômica e militar,

marcando a rivalidade entre as potências europeias na disputa por mercados globais (Coggiola, 2009).

Dentro dessa discussão, os próximos tópicos de Coggiola abordam as temáticas denominadas de “Desenvolvimento Desigual e Mercado Mundial”; “Primórdios do Imperialismo Capitalista”; “Expansão e Depressão Capitalista”; “Expansão Colonial”; “Racismo e Darwinismo Social”; “Monopólios e Exportação de Capital”; “Parasitismo Capitalista”; “Teorias do Imperialismo”; “Debates Teóricos sobre a Crise Capitalista”; “Impérios em Colisão”; “Alianças e Crise Internacional” e; “Guerra Mundial e Ordem Internacional”.

Dentro dessas temáticas, o autor pontua a respeito do desenvolvimento desigual do capitalismo e o impacto do imperialismo no mercado mundial, abordando como essas forças moldaram a história moderna. Para isso, Coggiola (2009) se embasa em Marx e Engels, afirmando que os mesmos destacaram a importância do mercado mundial e da grande indústria como marcos da era global, vendo o imperialismo como uma forma inevitável da unificação econômica global devido ao desenvolvimento desigual do capitalismo.

Dessa forma, o imperialismo capitalista é analisado como uma etapa necessária, caracterizada pela centralização do capital e pela exploração de nações subordinadas, reforçando desigualdades sociais e econômicas. Dito isso, teóricos como Samir Amin e Lênin contribuíram para a compreensão crítica do imperialismo, ressaltando suas contradições internas e os impactos sobre as nações colonizadas. Portanto, o modelo imperialista é descrito como um sistema agressivo e racista, que exacerbou tensões globais e levou a guerras, enquanto simultaneamente sustentava a economia global capitalista (Coggiola, 2009).

Isto posto, o autor afirma que a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial em 1917 e a Revolução Russa foram marcos que alteraram as relações econômicas e políticas globais. Durante o conflito, os EUA se tornaram os principais fornecedores dos aliados e emergiram como a maior potência industrial e credora mundial.

Por conseguinte, a Europa foi reconfigurada com o Tratado de Versalhes, criando novas nações frágeis e favorecendo o Império Britânico. No entanto, a paz imposta à Alemanha foi severa, levando a ressentimentos que alimentaram futuros conflitos, enquanto a criação da Liga das Nações buscava uma ordem mundial baseada na diplomacia, mas sendo marcada por contradições, especialmente com a exclusão da URSS, que via a Sociedade das Nações como um símbolo de opressão imperialista. Por fim, o autor encerra apontando que a nova ordem capitalista enfrentaria ainda a crise de 1929, prenunciando a Segunda Guerra Mundial e novas tentativas de evitar revoluções (Coggiola, 2009).

6. A CEPAL SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO

Dentro dessa temática do imperialismo do Norte global, disfarçado como “desenvolvimento”, entramos na terceira parte do módulo, guiada pelos escritos do economista Celso Furtado (1975). A sua obra escolhida para ser trabalhada, foi “O mito do desenvolvimento econômico”, mais especificamente o seu segundo capítulo “Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais”.

Nesse capítulo, Furtado (1975) analisa as economias subdesenvolvidas ligadas aos meios que o capitalismo industrial se expandiu e se difundiu, desde os seus primórdios, como visto por Coggiola (2009). Segundo Furtado (1975), com a Revolução Industrial, surgiu um complexo sistema de divisão internacional do trabalho, sendo responsável por acarretar modificações essenciais na utilização de recursos, em nível internacional.

Assim, para compreender sobre a questão do subdesenvolvimento sistêmico, precisamos entender sobre diversas outras questões, como a colonização epistêmica. Como assim? Por mais que não seja mencionada essas terminologias pelo professor Furtado (1975), ele denuncia essa questão. Um exemplo claro, é a lei das vantagens comparativas, do liberal Ricardo, que Furtado (1975) afirma que ela foi criada para justificar a especialização internacional e, logo, o subdesenvolvimento.

Outras palavras-chave para discutir esse capítulo de Furtado (1975), dentro da temática do módulo em questão, é a dependência cultural e a modernização. Segundo o autor, a dependência cultural está na base desse processo de reprodução estrutural na sociedade. Enquanto a modernização diz respeito ao processo de “adoção de padrões de consumo sofisticado (privado e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos reprodutivos” (Furtado, 1975, p. 81).

Esse processo de dependência cultural é ocasionado pela colonização cultural. Dito isso, o autor afirma que essa colonização ocorreu até mesmo em regiões em que as condições permitiram que os trabalhadores tivessem salários um pouco mais elevados. Ainda, salienta que essa dependência é mais geral que o subdesenvolvimento, onde toda economia “subdesenvolvida” acaba sendo dependente, pois essa situação foi criada para ser assim, mantendo os “desenvolvidos” enquanto “desenvolvidos” e impedindo a “evolução” dos “subdesenvolvidos” (Furtado, 1975).

Portanto, o subdesenvolvimento, segundo Furtado (1975), deve ser compreendido como um conjunto de forças que interagem entre si, criando capacidades de reprodução no tempo. No mais, terminando o seu capítulo com um teor um tanto quanto pessimista, Furtado (1975) afirma que o subdesenvolvimento e o capitalismo são inerentes ao funcionamento um do outro, mas que não possui a pretensão de desenvolver essa hipótese.

7. PERSPECTIVA HISTÓRICA NEOINSTITUCIONALISTA DO DESENVOLVIMENTO

Na quarta parte do módulo, retratando sobre a perspectiva histórica e neoinstitucionalista do desenvolvimento, começamos com a introdução da obra “Chutando a escada” de Ha-joon (2004). Esse texto basicamente discute a tendência de ignorar as lições da história econômica dos países desenvolvidos ao abordar o desenvolvimento contemporâneo, mencionando a distorção dessas experiências pela narrativa ortodoxa que enaltece o livre-comércio e o laissez-faire.

Ha-Joon (2004) critica essa "lenda" que atribui o sucesso econômico britânico ao liberalismo econômico e sugere que, embora o período do laissez-faire tenha sido real no final do século XIX, ele foi mais restrito do que a narrativa sugere. Além disso, argumenta que os países hoje desenvolvidos usaram ativamente políticas intervencionistas, como tarifas protecionistas, subsídios, e controle estatal, para alcançar o desenvolvimento econômico, contrariando a ideia de que o livre-comércio foi o principal motor de crescimento (Ha-Joon, 2004).

Em seguida, Karl Polanyi (2000) será trabalhado, tanto no seu escrito original “A grande transformação”, quanto sendo pensado a partir do viés de Maucourant (2012) em “Os limites do capitalismo”. Na sua obra, mais especificamente no capítulo 6 “O mercado autorregulável e as mercadorias fictícias: trabalho, terra e dinheiro”, Polanyi (2000) examina a transição histórica dos mercados, que inicialmente eram meros elementos acessórios dentro do sistema econômico mais amplo e regulado socialmente, até a emergência da ideia de mercado autorregulado.

Assim, no mercantilismo, por exemplo, mercados e regulamentações cresceram juntos sob controle estatal, sem permitir que o princípio do lucro influenciasse todos os aspectos da vida econômica e social. Com o advento da economia de mercado autorregulada no século

XIX, ocorre uma separação institucional entre as esferas política e econômica, subordinando toda a sociedade às leis do mercado. Segundo Polanyi (2000), essa mudança envolveu a mercantilização de elementos fundamentais como o trabalho, a terra e o dinheiro, que são transformados em "fictícias mercadorias".

Isto posto, o autor afirma que a gestão de uma economia baseada nessa lógica, que desconsidera a natureza não mercantil desses elementos, teria consequências devastadoras para a sociedade, levando a uma deterioração social e ambiental. Em suma, a introdução do mercado autorregulado representou uma mudança radical na organização da sociedade, cujos efeitos ainda são discutidos e analisados (Polanyi, 2000).

Bebendo dos conceitos levantados por Polanyi (2000), Maucourant (2012) faz diversos questionamentos a respeito da crise da modernidade. O mesmo se pergunta se a crise da modernidade, com sua altermodernidade, não coloca em xeque o projeto do ser humano, no sentido filosófico e político da palavra, assim como o próprio mundo para além do homem.

8. INSTITUIÇÕES, ESTADO E MERCADO

Por fim, o artigo é encerrado com o texto do professor Carlos Medeiros (2001), intitulado "Instituições, Estado e Mercado no Processo do Desenvolvimento Econômico. Sua obra é dividida em cinco partes, onde objetiva:

Na primeira seção, apresenta-se de forma crítica o funcionalismo da nova escola institucionalista. Na segunda seção, discutem-se algumas explicações históricas sobre distintas trajetórias nacionais de desenvolvimento compatíveis com essa abordagem. Na terceira seção, apresentam-se algumas explicações alternativas. Na quarta seção, busca-se identificar na economia política clássica um plano analítico não reducionista para as relações entre o Estado e o mercado. Por fim, algumas observações finais são apresentadas (Medeiros, 2001, p. 50).

Medeiros (2001) se preocupa em discutir o funcionalismo neoclássico de Douglass North e a Nova Economia Institucional (NEI). Segundo Medeiros (2001), North busca integrar a teoria das instituições com a economia neoclássica, assumindo que as instituições surgem para reduzir a incerteza nas interações humanas e moldar as ações individuais.

Baseado na abordagem de custos de transação e nas críticas ao pensamento neoclássico, Medeiros (2001) aponta que North argumenta que as instituições não são criadas apenas para aumentar a eficiência, mas também refletem interesses de poder. Ele sugere que a

evolução institucional pode ser explicada pela eficiência dos mercados e que o modelo democrático ocidental é o mais eficaz. Além disso, destaca a importância das normas culturais e informais na formação das instituições (Medeiros, 2001).

9. CONCLUSÃO

O trabalho buscou abordar temáticas bastante discutidas desde os primeiros adventos da modernidade no âmbito da Sociologia e economia, porém ainda demasiadamente atuais, na contemporaneidade. Para isso, se fez necessário o diálogo entre especialistas das áreas das Ciências Humanas e Sociais, no que tange às perspectivas de desenvolvimento e capitalismo, dentro das suas respectivas áreas.

Por fim, vale ressaltar que, para Medeiros (2001), o processo histórico e a formação das instituições econômicas são vistos como resultado de uma rede complexa de ações e mudanças sociais, enfatizando a interdependência e a evolução gradual das normas e comportamentos sociais. Portanto, podemos afirmar que o artigo em questão possuiu como objetivo principal estimular o pensamento crítico dos alunos de cursos das Ciências Humanas e Sociais, no geral, a respeito das concepções de “desenvolvimento”, desmascarando os seus mitos e trazendo diversas perspectivas que se complementam ou divergem de alguma maneira.

REFERÊNCIAS

BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COGGIOLA O. **As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939)**: fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KIRSCHBAUM, Charles. Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais: RBCS**, v. 28, n. 82, p. 179-257, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gMvf8BmhVTVVy76wnBkVnnF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MAUCOURANT, Jérôme. Os limites do capitalismo. Pensando com Karl Polanyi. **Revista Soc. Bras. Economia Política**. São Paulo, v. 1, n. 31, p. 133-16, fev. 2012. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/880/374>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de Medeiros. Instituições, estado e mercado no processo de desenvolvimento econômico. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 49-76, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19636>. Acesso em: 24 fev 2025.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa. **Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

Recebido:	29/11/2024
Publicado:	25/02/2025

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí. Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia. Graduando em Sociologia pelo Centro Universitário UniFatecie. Bolsista de produção pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. E-mail: lucas_lira_menezes@hotmail.com